



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 18 DE JULHO DE 2012

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Carlos Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 40 minutos.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente auscultou a Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco, a propósito de uma petição apresentada por esta à 4.ª Comissão. Fizeram uso da palavra, além do membro da Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos,

Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco (Edgar Afonso) os Srs. Deputados Rafael Branco (MLSTP/PSD), Cecílio Quaresma (ADI) e Carlos Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 9 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pinheiro
Cecílio Quaresma do Sacramento
Hélder Paquete Lima

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Dionísio Fernandes Leopoldino
Rafael Branco

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino H. dos Santos S Bragança

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos aqui connosco a Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco.

Esta audiência parlamentar tem lugar como resultado de uma petição apresentada à Assembleia Nacional, datada de 12 de Maio de 2012, e assinada por quatro membros dessa Comissão de Moradores e tinha como objectivo esclarecer os aspectos ligados à ocupação de um terreno em Almeirim que os mesmos reivindicam que está sobre a sua alçada e que teria sido ocupado por agricultores vindo de fora, uma ocupação que consideram ilegal. Por isso, os mesmos fizeram a petição que eu vou passar a ler.

«A Comissão de Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco, tendo solicitado a audiência com o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, em 15 de Março, e com o Ministro das Obras Públicas e Urbanismo, em 21 de Maio de 2012, face à visita efectuada por ambos à Roça João, no sábado, dia 11 de Março do ano acima referenciado, a pedido dos agricultores que ali se introduziram e que resistem a abandonar o referido terreno, na sequência de um encontro tido com o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo na mesma semana;

Considerando que no decorrer dessa visita o Primeiro-Ministro mandou proceder à suspensão dos trabalhos dos técnicos dos Serviços Geográficos e Cadastrais e garantiu que iria resolver o problema dentro de duas semanas da forma como achasse mais conveniente, o que até então não aconteceu;

Considerando ainda que tal diligência apenas teve lugar após os mesmos terem sido prevenidos de que se iriam retomar os trabalhos dos Serviços Geográficos e Cadastrais, visando a extensão da área por eles indevidamente cultivada, como último recurso para o prosseguimento e finalização dos trabalhos de marcação de talhões, arruamento, áreas sócias há muito tempo iniciados.

Havendo imperiosa necessidade de a Comissão de Moradores acima mencionada se encontrar com Vossa Excelência, por esta ter sido informada pelo Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais de que se levantava a hipótese da divisão da Roça João em duas partes, sendo uma para os detentores de título de posse e outra para os referidos agricultores, em prejuízo de mais de 46 beneficiários que pagaram, a partir de Agosto de 2010, determinada quantia monetária no Banco Central para aquisição dos respectivos títulos de posse, violando os direitos dos beneficiários, a integridade moral, habitação e a protecção do Estado, previsto no n.º 1 dos artigos 23.º, 49.º e 51.º da Constituição da República;

Vem mui respeitosamente solicitar a Vossa Excelência se digne conceder-lhe a almejada audiência com maior brevidade possível.

Ciente de que este pedido encontrará a devida resposta, aceite, Vossa Excelência, os melhores cumprimentos.

São Tomé, 28 de Junho de 2012.

Herculano da Graça, Hamilton Ribeiro Marçal, Edgar Afonso e Adilson Lopes Maximiano.»

Portanto, é este o teor da petição que os membros da Comissão dos Moradores fizeram à Assembleia Nacional, em carta dirigida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional.

Perante isto, como estão presentes os membros da Comissão, nós teremos que abrir esta audiência parlamentar, ouvindo um porta-voz da Comissão, expondo os motivos que os levaram a essa petição.

Como já foram aqui referenciados, nós gostaríamos de saber sobretudo qual é a situação actual deste assunto.

Tem a palavra o Sr. Edgar Afonso.

O Sr. **Membro da Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco** (Edgar Afonso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que ainda tivemos um encontro com o Ministro de Infra-estruturas, em que esteve presente a Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco, bem como a Comissão dos Agricultores.

Naquele encontro ficou estipulado que o Governo decidiu atribuir o mesmo espaço, com o fundamento de que as pessoas já detêm o seu título de posse e encontram-se impedidos de tomar a posse dos mesmos. Ficou estipulado que iria haver um encontro com o Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, de forma que tudo ficasse bem esclarecido.

No encontro deram aos camponeses 3 meses, o prazo para colherem os seus produtos.

Quero dizer que tudo está bem encaminhado, o Governo reconheceu na realidade a necessidade de dar posse do terreno àqueles que realmente detêm o seu direito.

O Sr. **Presidente**: — O senhor podia identificar-se por favor?

O Sr. **Membro da Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco**: — Sim, Edgar de Ceita Lima Afonso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segundo ouviram, parece que o assunto está resolvido, de maneira que...

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o porta-voz referiu-se à questão de reconhecimento de direitos daqueles que têm o título e que se deu aos pequenos agricultores um tempo de 3 meses para fazerem a recolha dos seus produtos. Depois, o que é que vai acontecer com esses pequenos agricultores?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Edgar Afonso.

O Sr. **Membro da Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco**: — Sr. Presidente, relativamente aos pequenos agricultores, o Governo decidiu conceder-lhes um terreno em Rio Voga. Há previsão para eles passarem àquele terreno.

O Sr. **Presidente**: — Quer dizer que os senhores ocuparão o terreno que já estavam a pagar o direito e outros vão para o Rio Voga.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, na verdade é um processo que para mim terminou como terminou e foi importante. Não era esse fim que estava previsto para aqueles que realmente queriam ser detentores das terras, porque é um processo que eu acompanhei desde Setembro de 2010. É um problema que vem persistindo, não sei como caí no meio disso, mas a verdade é que eu acompanhei o processo desde Setembro de 2010, inclusive era um assunto que poderia sair morte. Dum lado estão aqueles que realmente têm o título de posse e que querem construir e doutro lado estão os agricultores que também não querem abandonar a terra, porque estão a produzir.

Também quero dizer que não gostei do tom e da maneira como a carta foi escrita, uma vez que já houve algumas negociações. Há coisas que marcam quando escrevemos. Os subscritores desta carta deveriam ter um pouco mais de atenção em certa escrita, sobretudo quando invocam leis e a Constituição e que sabem que as coisas não são tão lineares assim como fizeram conhecer.

Eu acompanhei bem o processo, alguns tinham razão de dizer o que disseram, mas há umas pessoas na verdade que pagaram os títulos e que já venderam o terreno. Isso é que era uma das maiores revoltas dos camponeses. Eles querem cultivar e outros querem vender o terreno. Acho que não faz sentido, isso é por um lado.

Por outro lado, era preciso fazer um rastreio em tudo isso, quer dizer, dar direito a quem o tem na verdade, porque o que se pode ver é que há pessoas que têm o seu nome, nome dos filhos e dos netos e inclusive há pessoas que não residem no País e têm nome na lista.

É isso que está a acontecer, problemas entre os camponeses e as pessoas que realmente querem construir. Na verdade, alguns têm direito, é seu dever, eles conseguiram fazer confusão e adquirir título de posse, etc., mas era preciso fazer realmente um rastreio para se saber quem quer construir, quem não quer construir, quem quer cultivar ou não, de forma que todos saiam a ganhar.

Na altura da confusão os camponeses não tinham destino, quer dizer, queriam tirar os camponeses sem modo e sem terem outro local, porque querem construir.

Quando eu comecei a participar naquilo, disse que não, não se podia tirar as pessoas já na sua vida, porque não há emprego, é o ganha-pão deles, e tirar as pessoas só para construção eu não estava de acordo. É preciso definir.

Como perguntou o Sr. Deputado Rafael Branco «o que estão a plantar vai para onde»? Era preciso definir onde as pessoas iriam. Não havia nenhuma definição. Só sei que puseram lá um aviso dos Serviços Geográficos e Cadastrais de que tinham 3 meses para saírem. Vão para onde?

Quando eu comecei a trabalhar no assunto, muitos revoltaram e disseram que não podia ser assim, que eu não sabia nada, que não podiam sair. Inclusive outros disseram: «Esse deputadosinho está a mandar boca porquê»? «Nós queremos terrenos». Quer dizer, isso não me caiu bem. Nós podemos defender o nosso interesse, mas vendo a colectividade. Ninguém pode ficar prejudicado.

Por um lado estão aqueles que querem construir e, por outro lado, na verdade, aqueles que querem trabalhar a terra. Inclusive vimos que agora em São Tomé há esse problema de tirar terra a pequenos agricultores e entregar a outras pessoas.

Então vamos tentar encontrar uma forma mais organizada e mais harmoniosa para que toda gente saia a ganhar, e foi o que foi feito.

Desde ontem eu liguei para o Sr. Presidente da Comissão, porque já estive com o advogado e fui eu que chamei um advogado para ajudar os camponeses a criarem uma associação, porque eles não tinham nada, nem tinham para onde ir. Na altura os que querem construir não estavam a ver para isso e diziam: «saíam porque queremos o terreno!» Eu disse que não podia ser assim, era preciso harmonizar.

Eu não estou a defender ninguém, só quero harmonização. O que acontecia é que há pessoas que iam cortar água aos camponeses, porque queriam que eles saíssem de qualquer maneira. Isso não pode ser assim. Somos são-tomenses, temos que ser calmos e organizados, não de outra forma. Eu fiquei a saber que há uma parte dos camponeses que vão a Rio Voga e há um grupo que vai ficar mesmo à margem do Rio Água Grande, mas não na zona prevista para a urbanização, de forma que possa continuar a fazer os seus trabalhos. Isso é que eu fiquei a saber.

O essencial é que todos saíam a ganhar, sem haver problemas maiores e de sangue, nem nada. Isso é que é o mais importante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, permita-me saudar os Srs. Deputados e a Comissão.

Sr. Presidente, eu preciso entender como é que os 46 moradores que pagaram essa quantia não têm título de posse. Já têm?

Vozes: — Têm sim.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Porque aqui no documento não diz nada. Quer dizer, a carta faz referência a detentores de títulos de posse e outra parte que pagou uma quantia, mas não faz referência a títulos de posse. Por isso fez-me essa confusão. Têm título de posse?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Têm o título de posse. Era isso que gerou a confusão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, primeiro temos que tomar nota com satisfação, porque o assunto está resolvido.

Outra nota é que realmente o cidadão tem de reclamar os seus direitos. Se eles tinham um título dado pelo Estado, não podiam ficar indiferentes a ver o seu direito a não ser cumprido. Portanto, é natural que recorram a todos meios, não à violência. Isso é um Estado democrático, temos de lutar pelos direitos que temos e, nesse caso, o Estado agiu bem. Quando há conflito entre cidadãos, o Estado entra para harmonizar os interesses.

Da minha parte, acho que devemos estar todos satisfeitos. Eles têm direitos e vão poder realizá-los.

Os camponeses que entraram lá, mas que tinham um papel social importante, que é o de produzir, o que nos falta neste país, também vão ter a possibilidade de produzir. Portanto, é um final feliz, esperemos agora que quem tem título construa as suas casas e quem recebeu terras para produzir produzam.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Edgar Afonso.

O Sr. **Membro da Comissão dos Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Marreco**: — Sr. Presidente, entendemos que não havia razão para isso prolongar assim. Uma pessoa com o título de posse há aproximadamente 2 anos só não conseguia tomar posse do terreno porque o País ficou assim. Estamos num círculo vicioso, os camponeses sabiam na realidade que o terreno estava afecto à urbanização. Sendo o terreno afecto à urbanização, por regra geral, não deviam entrar. Eles logo que entraram criaram-nos muitos transtornos, porque havia muitas pessoas que não conseguiram construir e havia pessoas que tinham a sua economia no banco e foi delapidando.

Outro apelo que eu gostaria de deixar aqui é a questão dos Deputados. Se o Deputado representa o povo, nós entendemos que quando o Sr. Deputado Cecílio Quaresma foi ao terreno devia também encontrar-se com a Comissão dos Moradores. Lembro-me que o Sr. Deputado Cecílio só me procurou no meu serviço, porque ouviu dizer que eu disse «um tal deputadosinho», a passo que eu não disse isso. Foi lá que eu soube que o Sr. Deputado Cecílio estava por detrás dessa confusão, a orientar os camponeses.

Eu gostaria de apelar aos outros Deputados a que quando existir situações dessas que procurem encontrar a outra parte para diálogo. Chamem as partes, mesmo que seja em separado.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, a fim e ao cabo somos todos são-tomenses e sentimo-nos felizes por constatar que de facto em São Tomé e Príncipe, mesmo com algumas dificuldades, funciona um regime democrático. Isso é um bem que conquistamos e que temos que defender e preservar. Temos que ser capazes de fazer isso.

Quero dizer-vos que essa sessão é de uma grande importância e era bom que tanto os Deputados como os senhores cidadãos dessem a conhecer às populações, porque tanto o Governo como a Assembleia Nacional, e vocês próprios com o vosso esforço, contribuímos para que hoje a justiça fosse feita. Os senhores têm a terra para construção que merecem, os outros não foram abandonados, fomos capazes de encontrar uma solução para eles, enquanto são-tomenses, ainda que tenham entrado abusivamente no terreno que vos foi concedido.

O importante é que tenhamos atendido aos interesses e às pretensões de cada uma das partes. Sendo assim, sentimo-nos felizes, como já foi dito aqui, e esperamos que a vossa ligação com a Assembleia Nacional seja mais reforçada, na medida que nós estivemos presentes nesta matéria. Eu próprio fui procurado várias vezes quanto a este assunto e aconselhei. Sinto-me hoje muito feliz também por ver que o assunto foi resolvido a contento das duas partes.

Por isso mesmo, se não houver mais intervenções, quer dos Srs. Deputados quer dos membros da Comissão dos Moradores, damos a sessão por encerrada e desejamos aos senhores êxitos na construção. Agora, que construam mesmo. Depois desse litígio, vamos esperar que os senhores construam mesmo, enquanto os outros vão ao Rio Voga ou à margem do Rio Água Grande.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 9 horas e 55 minutos.